

28. AQUISIÇÃO DA FRAÇÃO A, DO EDIFÍCIO DENOMINADO "TEATRO CIRCO":

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, e posterior aprovação da Assembleia Municipal, o ato praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 27 de outubro passado, em que exerceu o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor de 960.000,00 €, nos termos do artº 35º, nº 3, 33º, nº. 1, alínea g) e 25º., nº. 1, alínea i) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do artº. 164º. do Código do Procedimento Administrativo.

Assunto: Aquisição da fração A, do Edifício denominado "Teatro Circo"

I. Enquadramento

1. É atribuição do Município de Braga a implementação de atividades que contribuam para o desenvolvimento cultural do concelho, através da diversificação da oferta cultural, da conquista de novos públicos e do acesso crescente da população à criação e fruição culturais;
2. Compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
3. Ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, foi criada a empresa local Teatro Circo de Braga, sociedade integralmente detida pelo Município de Braga e que prossegue o interesse público, pois tem por missão dinamizar e elevar a atividade cultural de Braga, nas áreas performativas e digitais, promovendo a criação e fidelização de públicos e o enriquecimento cultural dos seus cidadãos;
4. A empresa municipal Teatro Circo constitui um polo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais na cidade e na região e tem como objeto social, consagrado no artigo 2.º dos seus Estatutos, a prestação de um serviço público no domínio da programação e dinamização artística e cultural da cidade de Braga, bem como a gestão e programação do edifício do teatro circo e dos demais espaços e equipamentos culturais que lhe estejam afetos;
5. Para a prossecução dos objetivos supramencionados, a empresa municipal Teatro Circo e o Município de Braga, desenvolvem um programa cultural próprio, diverso na sua temática, abrangendo todas as áreas culturais (desde o teatro, a dança e a música, a outras artes do espetáculo, ao cinema, exposições, debates e conferências) passando também pela formação de públicos e visitas guiadas;
6. Desde 2019 a Teatro Circo passou também a incorporar na sua atividade o desenvolvimento de uma programação específica na área de Media Arts, na sequência da admissão da cidade de Braga à Rede de Cidades Criativas da UNESCO, assumindo uma maior dimensão e responsabilidades acrescidas na programação cultural;

7. Paralelamente a tudo isto, Braga apresentou a sua candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027, dinamizada pelo Teatro Circo, que poderá potenciar o desenvolvimento de uma intensa programação cultural que traz uma nova energia criativa ao território e região;
8. Para além de potenciar o ecossistema cultural local, a Capital Europeia da Cultura promove a regeneração das cidades que recebem este título e reforça o seu reconhecimento internacional, contribuindo também para um maior orgulho e sentido de pertença dos seus habitantes e renovando o seu capital turístico.

II. Exposição e motivos

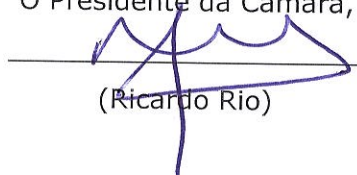
1. O Município de Braga foi notificado pela Casa Pronta de que podia exercer o direito de preferência na venda que o Banco Santander Totta, S.A. pretende fazer do imóvel composto por Cave, Rés-do-chão e andar, no gaveto entre a Avenida da Liberdade, n.ºs 667, 673 e 677, e Rua Dr. Gonçalo Sampaio, n.ºs 2, 6, 8 e 10, abrangendo a fração na parte referente ao r/c, as dependências do mesmo, que tem acesso para a Rua Dr. Gonçalo Sampaio e Avenida da Liberdade, sendo a cave aquela que tem acesso único através daquelas dependências e abrangendo o 1.º andar toda a área correspondente ao identificado r/c que lhe fica por baixo, com a exceção apenas da parte do 1.º andar que faz parte do salão nobre do teatro circo, descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 1254/20030828 – A e inscrito na matriz urbana da freguesia de S. José de S. Lázaro sob o artigo 1368, fração A;
2. O imóvel em causa é contíguo ao Teatro Circo e constitui a fração A do edifício denominado “Teatro Circo”, sendo a mencionada empresa municipal a proprietária da outra fração B que compõe a totalidade;
3. Sendo o edifício um só, embora composto por 2 frações autónomas, o Município de Braga não pode perder esta oportunidade única de exercer o direito de preferência e adquirir a fração em causa para poder devolver o edifício à sua configuração original e afetar o imóvel no seu todo à dinamização cultural, tendo em conta todos os pressupostos supramencionados.

Nestes termos, e uma vez que, por motivo de urgência relacionada com o término do prazo para exercer o direito de preferência, não é possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, determino que se exerça o direito de

preferência na aquisição do imóvel em causa, pelo valor de 960.000 € (novecentos e sessenta mil euros) e, consequentemente, que se adquira o imóvel por esse valor. Mais determino que se submeta a presente decisão a ratificação pelo executivo municipal e pela Assembleia Municipal, nas primeiras reuniões destes órgãos que se realizarem após esta data, uma vez que se trata da prática de atos da sua competência, tudo de acordo com o disposto nos artigos 35.º, n.º 3, 33.º, n.º 1, alínea g) e 25.º, n.º 1, alínea i), do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo.

Braga, 27 de outubro de 2021

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)